

# ÍNDICE

Apresentação .....	41
<b>PARTE I – DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO</b>	
<b>CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS E FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO. TENDÊNCIAS ATUAIS DO DIREITO DO TRABALHO. FLEXIBILIZAÇÃO E GARANTIAS MÍNIMAS .....</b>	<b>45</b>
1. Introdução .....	45
2. O trabalho na Antiguidade .....	46
2.1. <i>Locatio conductio: rei, operis e operarum</i> no mundo romano .....	47
3. Idade Média .....	48
4. O regime liberal .....	49
5. Consequências da Revolução Industrial responsáveis pelo aparecimento do Direito do Trabalho .....	51
5.1. Sumário da evolução histórica do Direito do Trabalho .....	53
6. Evolução histórica do Direito do Trabalho no Brasil .....	54
6.1. O Direito do Trabalho à luz das Constituições brasileiras .....	55
7. Tendências atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização e garantias mínimas .....	63
7.1. Introdução .....	63
7.2. Flexibilização. Momento histórico. Tipos .....	65
7.2.1. Flexibilização e desregulamentação heterônoma. Flexibilização autônoma .....	65
7.2.2. Desregulamentação e o trabalho da mulher .....	66
<b>CAPÍTULO II – DIREITO DO TRABALHO: DENOMINAÇÃO, CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, DIVISÃO, NATUREZA JURÍDICA, FUNÇÃO, RELAÇÃO COM OUTRAS DISCIPLINAS, AUTONOMIA .....</b>	<b>68</b>
<b>CAPÍTULO III – FONTES DO DIREITO DO TRABALHO, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E HIERARQUIA, CONFLITOS E SUAS SOLUÇÕES .....</b>	<b>75</b>
1. Conceito .....	75
2. Classificação .....	75
2.1. Fontes formais .....	76
3. A lei como principal fonte formal .....	77
3.1. Classificação das leis .....	77

a) Quanto à hierarquia.....	77
b) Natureza.....	79
c) Forma técnica.....	79
d) Força obrigatória.....	79
3.2. Fontes formais de origem estatal.....	79
3.3. Eficácia da lei. Cessação. Revogação. Derrogação e ab-rogação.....	81
3.4. Fontes internacionais.....	81
3.4.1. Efetividade das normas internacionais.....	84
3.5. Ordem jurídica comunitária.....	85
4. Sentença normativa.....	86
5. Convenções coletivas e acordos coletivos como fontes formais de origem profissional ou autônomas. A recusa do sindicato profissional na celebração de acordo coletivo e a interferência da Justiça do Trabalho.....	87
5.1. Eficácia no tempo das vantagens inseridas em acordos e convenções coletivas. Ultratividade da norma coletiva.....	87
5.2. Conflito entre acordo e convenção coletiva.....	88
6. Contrato individual de trabalho. Conflito entre contrato e norma coletiva (convenção ou acordo coletivo).....	89
7. Regulamento interno de empresa.....	89
8. Laudos arbitrais.....	90
9. Hierarquia das fontes. Conflitos e soluções.....	91
<b>CAPÍTULO IV – A HERMENÊUTICA. INTERPRETAÇÃO. INTEGRAÇÃO. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO. MÉTODOS BÁSICOS DE EXEGESE. ORIGEM. CONCEITO. OBJETO. REGRAS.....</b>	<b>94</b>
1. Interpretação do Direito do Trabalho.....	95
1.1. Conceito e fundamentos.....	95
1.2. Sistemas e escolas de interpretação.....	95
1.3. Classificação da interpretação. Métodos básicos de exegese.....	99
2. Integração.....	101
2.1. Introdução.....	101
2.2. Autointegração.....	103
2.2.1. Analogia e interpretação extensiva.....	104
2.2.2. A analogia em face de dispositivos especiais.....	104
2.2.3. A analogia e os dispositivos de exceção.....	105
2.3. Heterointegração.....	107
2.3.1. Jurisprudência.....	107
2.3.2. Doutrina.....	109
2.3.3. Equidade.....	111
2.3.4. A equidade no direito positivo.....	111
2.3.5. Direito comparado.....	111
2.3.6. Costumes. Diferença entre usos e costumes. Elementos do direito consuetudinário. Classificação.....	113



2.4. Princípios.....	114
3. Aplicação do Direito do Trabalho.....	114
3.1. Aplicação do Direito do Trabalho no tempo. Direito adquirido e direito consumado .....	114
3.2. Aplicação do Direito do Trabalho no espaço .....	115
<b>CAPÍTULO V – PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DO TRABALHO. DISTINÇÃO ENTRE PRINCÍPIO E NORMA .....</b>	<b>118</b>
1. Princípios gerais do Direito .....	118
1.1. Princípios gerais do Direito. Implicações no Direito do Trabalho.....	118
2. Princípios constitucionais .....	118
3. Distinção entre princípio e norma. Conflito. Princípio da proporcionalidade .....	119
4. Princípios peculiares do Direito do Trabalho .....	122
<b>CAPÍTULO VI – RENÚNCIA E TRANSAÇÃO. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA .....</b>	<b>132</b>
1. Renúncia .....	132
1.1. Conceito e elementos.....	132
1.2. Irrenunciabilidade e conteúdo da norma .....	132
1.3. Renúncia expressa e tácita .....	133
1.4. Momento da renúncia .....	134
1.5. Renúncia e norma coletiva.....	135
2. Transação.....	137
2.1. Conceito e natureza jurídica.....	137
2.2. Transação e a Constituição da República de 1988.....	137
2.2.1. Transação. Limites. Cláusulas de convenção coletiva. Nulidade.....	137
2.3. Transação. Quitação pelo objeto do pedido e extinto contrato de trabalho feita em juízo. Diferença entre conciliação e transação.....	138
2.4. Transação e órgãos públicos.....	140
2.5. Transação extrajudicial. Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Efeitos.....	140
2.6. Conclusão.....	141
3. Comissões de Conciliação Prévia .....	141
<b>CAPÍTULO VII – RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO. ESTRUTURA DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA. ELEMENTOS COMPONENTES. NATUREZA JURÍDICA. RELAÇÕES DE TRABALHO LATO SENSU: TRABALHO AUTÔNOMO, EVENTUAL, AVULSO, PORTUÁRIO. LEI N. 8.630/1993. ESTÁGIO. COOPERATIVAS DE MÃO DE OBRA. CONTRATOS DE TRABALHO POR EQUIPE .....</b>	<b>147</b>
1. Relação de trabalho e relação de emprego .....	147
2. O trabalho autônomo .....	148
3. O trabalho eventual .....	148
4. O trabalho avulso.....	148
4.1. O trabalho portuário desenvolvido pelo avulso .....	149



4.2. Primeiros direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores portuários avulsos .....	150
4.3. Atividades de movimentação de mercadoria em geral e trabalho avulso.....	150
5. Estágio de estudantes .....	151
5.1. Definição, classificação e relações de estágio .....	151
5.2. Jornada de atividades realizadas em estágio. Duração do estágio. Bolsa de estudo. Transporte. Estagiário e período de recesso .....	152
5.3. Da fiscalização .....	152
5.4. Das disposições gerais.....	153
5.5. Estagiário. Subscritor do recurso .....	153
5.6. Residência médica.....	154
6. Cooperativas de mão de obra.....	154
7. Contratos de trabalho por equipe.....	155

**CAPÍTULO VIII – CONTRATO DE TRABALHO: DENOMINAÇÃO, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERES. NATUREZA JURÍDICA. REQUISITOS. ELEMENTOS INTEGRANTES ..** 157

1. Denominação .....	157
2. Conceito .....	157
3. Classificação.....	158
4. Caracteres do contrato de trabalho.....	158
5. Natureza jurídica.....	160
6. Morfologia do contrato. Requisitos. Elementos.....	162
6.1. Requisitos do contrato de trabalho.....	162
6.2. Elementos .....	163
6.2.1. Capacidade do trabalhador em geral.....	163
6.2.2. Licitude do objeto. Cambista de jogo de bicho .....	164
6.2.2.1. Rinhas de galo. Vendedores de rifa.....	166
6.2.3. Consentimento.....	166
6.2.4. Causa lícita .....	168
6.2.5. Legitimação. Ilegalidade da permanência de estrangeiro no país. Contratos que exigem formação específica.....	168
6.2.6. Elementos acidentais: termo e condição. Cláusula de não concorrência .....	169
6.2.7. Cláusulas de condições recíprocas. Curso ou bolsa de estudo custeados pelo empregador.....	171
7. Sujeitos do contrato de trabalho .....	172
8. Prova do contrato de trabalho.....	172

**CAPÍTULO IX – EMPREGADO. CONCEITO. CARACTERIZAÇÃO (PRESSUPOSTOS). ALTOS EMPREGADO: EXERCENTES DE CARGO DE CONFIANÇA E TRABALHADORES INTELECTUAIS. COEXISTÊNCIA DA CONDIÇÃO DE EMPREGADO COM A DE SÓCIO. MÃE SOCIAL. ÍNDIO. APRENDIZ. EMPREGADO A DOMICÍLIO. TELETRABALHADOR. EMPREGADO DOMÉSTICO .....** 174

1. Conceito e caracterização .....	174
------------------------------------	-----



2. Altos empregados .....	179
2.1. Empregado ocupante de cargo de confiança .....	180
2.1.1. Conceito .....	180
2.2. Diretor de S/A .....	181
3. Consequências práticas da qualificação jurídica .....	182
4. Ocupantes de cargo de confiança específica .....	184
5. Trabalhadores intelectuais .....	185
5.1. A extensão da legislação trabalhista aos intelectuais .....	185
5.2. Conceito .....	185
5.3. Subordinação jurídica .....	186
5.3.1. Redimensionamento do Direito do Trabalho .....	186
5.3.2. A insuficiência da subordinação objetiva e a necessidade do “direito residual de controle” .....	187
5.3.3. A importância da autonomia da vontade .....	189
5.4. O trabalho parassubordinado .....	190
5.5. Aspectos considerados pela jurisprudência para enquadrar como empregados determinados trabalhadores intelectuais: Advogado — Médico e dentista — Engenheiro — Jornalista — Artista — Músico — Trabalhos com informática .....	191
5.6. Conclusão .....	197
6. Coexistência da condição de sócio com a de empregado. Desconsideração da personalidade jurídica .....	198
6.1. Desconsideração da personalidade jurídica da sociedade .....	200
7. Atleta .....	200
7.1. Árbitro de futebol .....	201
7.2. Treinador profissional de futebol .....	202
8. Mãe social — Mãe crecheira — Pai social .....	203
9. Relação de emprego entre familiares, entre cônjuges ou pessoas que vivam em regime de união estável .....	204
10. Índio .....	204
11. Aprendiz .....	206
12. Trabalhadores que se situam na chamada “zona grise” .....	208
13. Trabalhadores a distância .....	209
13.1. Empregado a domicílio .....	209
13.1.1. Escorço histórico .....	209
13.1.2. Setores que se utilizam do trabalho a domicílio .....	210
13.1.3. Intervenção legislativa .....	210
13.1.4. Conceito .....	210
13.1.5. Vantagens e desvantagens do trabalho a domicílio .....	212
13.1.6. O perfil do trabalhador a domicílio .....	212
13.1.7. O trabalho a domicílio e a legislação estrangeira. Tendências .....	213
13.1.8. O trabalho a domicílio no Brasil .....	213
13.2. O teletrabalho. Novas tecnologias. Novas formas de subordinação jurídica .....	213
13.2.1. Teletrabalho e trabalho a domicílio .....	214
13.2.2. Vantagens e desvantagens para a empresa .....	214

13.2.3. Vantagens e desvantagens para o trabalhador .....	215
13.2.4. Vantagens para o meio ambiente .....	215
13.2.5. O enquadramento jurídico do teletrabalhador. Indicadores valiosos para a identificação da subordinação jurídica.....	215
13.2.6. Alteração contratual.....	217
13.2.7. Direitos assegurados ao teletrabalhador. Deveres do empregado .....	217
13.2.8. Riscos para a segurança e saúde dos teletrabalhadores .....	218
13.2.9. O teletrabalho e a legislação estrangeira. Primeiras manifestações legislativas .....	219
13.2.10. Instrumentos de trabalho .....	220
13.2.11. Segurança, higiene e saúde no trabalho.....	220
13.2.12. Deveres secundários .....	220
13.2.13. Participação e representação coletivas .....	220
14. Empregado doméstico.....	221
14.1. Evolução legislativa .....	221
14.2. Conceito.....	221
14.3. Pessoa que presta serviços de acompanhamento ou enfermagem no âmbito familiar ou em casa de repouso, em caráter particular .....	223
14.3.1. Serviço doméstico a pessoas que vivem comunitariamente — República de estudantes.....	224
14.3.2. Serviços de natureza doméstica a um condomínio.....	224
14.3.3. Empregada a domicílio .....	225
14.3.4. Pedreiro que trabalha na construção de residência.....	225
14.3.5. “Diarista”. A Lei Complementar n. 150, de 2015.....	226
14.3.6. Serviço doméstico acumulado com serviço em atividade lucrativa.....	230
14.3.7. Acréscimo de atividades .....	230
14.4. Direitos assegurados ou não ao doméstico .....	230
14.4.1. A Constituição da República de 1988 e Lei Complementar n. 150, de 2015 .....	230
14.4.2. A licença-maternidade.....	231
14.4.3. Estabilidade provisória. Doméstica.....	232
14.4.3.1. Estabilidade provisória e acidente do trabalho .....	233
14.4.4. Férias .....	233
14.4.5. Repouso aos domingos e feriados. Doméstica .....	236
14.4.6. Salário mínimo. Irredutibilidade de salário .....	237
14.4.7. Uso de uniforme.....	239
14.4.8. Jornada de trabalho.....	239
14.4.8.1. Horas extras. Acordo de compensação de jornada.....	239
14.4.8.2. Acompanhamento em viagens.....	240
14.4.8.3. Intervalos.....	240
14.4.8.4. Jornada noturna .....	241
14.4.9. Aviso-prévio.....	241



14.4.10. FGTS.....	242
14.4.10.1. Seguro-desemprego.....	242
14.4.11. Salário-enfermidade relativo aos 15 primeiros dias de afastamento por doença.....	243
14.5. Justas causas.....	243
14.6. Contrato a prazo determinado. Contrato de experiência ou de prova .....	244
14.7. Pedido de demissão. Assistência e multa a que se referem os art. 477 e parágrafos da CLT e 467 do mesmo diploma .....	245
14.8. Responsabilidade civil das agências de empregados domésticos .....	246
14.9. Sucessão.....	246
14.10. Direitos sindicais.....	246
14.11. A representação do empregador doméstico na Justiça do Trabalho.....	246
14.12. Impenhorabilidade dos bens a que alude a Lei n. 8.009, de 1990, e empregado doméstico.....	247
14.13. Prescrição e créditos dos empregados domésticos .....	248
14.14. O Simples Doméstico.....	248
14.15. Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.....	248
<b>CAPÍTULO X – EMPREGADOR. CONCEITO. CARACTERIZAÇÃO. EMPRESA E ESTABELECIMENTO. CARTÓRIO NÃO OFICIALIZADO. GRUPO ECONÔMICO. SUCESSÃO DE EMPREGADORES. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES. SITUAÇÕES DE RESPONSABILIZAÇÃO EMPRESARIAL .....</b>	<b>249</b>
1. Conceito legal .....	249
2. Conceito de empresa e estabelecimento. Natureza jurídica .....	249
3. Tipos de empregador.....	251
3.1. Empregador por equiparação .....	251
3.1.1. Partido político .....	251
3.2. Edifício de apartamento. Condomínio.....	251
3.3. Falência e empresas em liquidação .....	252
3.4. Patrimônio hereditário .....	253
3.5. Usufruto.....	253
3.6. Empregador aparente.....	253
3.7. Agentes políticos. Agentes públicos.....	253
3.8. Cartório não oficializado.....	253
4. Subempreitada.....	255
5. Grupo econômico.....	257
6. Sucessão de empregadores: conceito, requisitos e natureza jurídica. Sucessão total ou parcial.....	259
6.1. Sucessão em face do fenômeno da globalização. Posição das partes. Responsabilização .....	261
7. Pessoa jurídica de direito privado sucedida pela União ou por Estado-membro. Penhora .....	263
8. Sucessão. Hasta pública. Concessão de serviço público .....	263
9. Desmembramento de municípios.....	264



10. Sucessão. Âmbito doméstico.....	265
11. Sucessão. Provedores da <i>internet</i> .....	265
12. Sucessão. Transferência de marca.....	267
13. Sucessão e privatização de empresa.....	267
14. Sucessão. Suspensão e interrupção contratual.....	267
15. Sucessão trabalhista. Aquisição de empresa pertencente a grupo econômico. Responsabilidade solidária do sucessor por débitos trabalhistas de empresa não adquirida. Existência.....	268
16. Juros de mora. Empresa em liquidação extrajudicial. Sucessão trabalhista.....	268

**CAPÍTULO XI — TRABALHO RURAL: EMPREGADOR, EMPREGADO E TRABALHADOR RURAL. NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR RURAL**..... 269

1. O trabalho rural no Brasil. Evolução legislativa.....	269
2. Conceito.....	270
2.1. Enquadramento do “boia-fria” e do “turmeiro” ou “gato”.....	271
2.2. Enquadramento dos motoristas, apontadores, fiscais, tratoristas, pedreiros, empregados de escritório, professoras de escola rural, forneiros, trabalhadores do campo de empresa agroindustrial.....	272
2.3. Trabalhador de cooperativa agrícola.....	274
2.4. Cooperado e trabalhador rural.....	275
2.5. Condomínio rural.....	276
2.6. Trabalho temporário no meio rural — Lei n. 11.718, de 20.6.2008.....	276
3. Fenômeno contratual da promiscuidade.....	277
4. Contratos mistos.....	277
5. O caráter <i>intuitu personae</i> do contrato de trabalho do rurícola.....	278
6. Sucessão.....	278
7. Duração do trabalho.....	279
7.1. Jornada, horário e intervalos.....	279
7.2. Horas <i>in itinere</i> .....	280
8. Férias.....	280
9. Faltas ao serviço. Compras. Controle de frequência.....	281
10. Salário <i>in natura</i> .....	281
11. Equiparação salarial.....	283
12. Adicional de insalubridade e periculosidade.....	283
12.1. Exposição a raios solares.....	284
13. Oscilações climáticas e trabalho rural.....	284
14. O trabalho rural do menor.....	285
14.1. Aprendizagem.....	285
15. Licença-maternidade.....	285
16. Salário-família.....	286
17. Despedida de empregado rural implica igualmente despedida de empregados componentes do mesmo núcleo familiar?.....	286



18. Ação de despejo.....	287
19. Relação de trabalho controvertida. Rescisão indireta não comprovada e suas consequências.....	288
20. Aviso-prévio.....	290
21. Indenização. Limite de 60%.....	291
22. Indenização e safrista. Contrato coletivo de safra.....	291
23. Indenização e soma de períodos descontínuos de trabalho.....	292
24. Programa de Integração Social.....	293
25. Impenhorabilidade de módulo rural.....	293
26. Contrato de Experiência.....	293
27. Prescrição.....	294
<b>CAPÍTULO XII – TRABALHO TEMPORÁRIO. TERCEIRIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA E ILÍCITA. ENTES ESTATAIS E TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE NA TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATO DE FRANQUIA.....</b>	<b>295</b>
1. Trabalhador temporário.....	295
1.1. Escorço histórico.....	295
1.2. Conceito.....	296
1.3. Vantagens.....	296
1.4. Prazo de duração.....	297
1.5. Cocontratantes.....	297
1.6. Poder de comando.....	297
1.7. Direitos assegurados ao trabalhador temporário.....	297
1.8. Indenização prevista no art. 12 da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e FGTS (Lei n. 8.036, de 1990).....	298
1.9. Contrato de trabalho temporário seguido de contrato de experiência.....	299
1.10. Justa causa.....	299
1.11. Competência.....	299
2. Terceirização no Direito do Trabalho.....	300
2.1. Terceirização lícita e ilícita. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade.....	300
2.2. Terceirização. Contrato de franquia.....	303
<b>CAPÍTULO XIII – TRABALHO VOLUNTÁRIO E TRABALHO RELIGIOSO.....</b>	<b>305</b>
1. Trabalho voluntário.....	305
1.1. Introdução.....	305
1.2. Conceito.....	305
1.3. Termo de adesão.....	306
1.4. Ressarcimento de despesas. Auxílio financeiro a jovens egressos de unidades prisionais e a grupos de jovens submetidos a maiores taxas de desemprego. Estímulo ao primeiro emprego.....	306
1.5. O trabalho voluntário e a Lei n. 10.029, de 20 de outubro de 2000.....	307
1.6. O trabalho voluntário e a legislação italiana.....	307



2. Trabalho religioso .....	308
2.1. Introdução .....	308
2.2. Natureza da atividade religiosa .....	308
2.3. Serviços de natureza religiosa prestados ao ente a que pertence o religioso. Impossibilidade de constituir objeto de um contrato de trabalho .....	309
2.4. Serviço não religioso prestado por sacerdotes ou freiras ao ente a que pertencem .....	311
2.5. Nova tendência doutrinária e jurisprudencial sobre o trabalho religioso prestado em favor de terceiro na Itália .....	314
2.6. Sacristães, organistas e campanários .....	314
2.7. Colportor .....	315
 <b>CAPÍTULO XIV – MODALIDADES DE CONTRATO DE EMPREGO. TIPOS DE CONTRATO A TERMO. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E PERÍODO DE EXPERIÊNCIA. CONTRATO DE EMPREGO E CONTRATOS AFINS. DIFERENÇA ENTRE CONTRATO DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EMPREITADA, MANDATO, REPRESENTAÇÃO COMERCIAL, SOCIEDADE E PARCERIA. PRÉ-CONTRATO. RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL.</b> .....	319
1. Introdução .....	319
2. Contrato de experiência .....	321
2.1. Contrato de experiência e período de experiência .....	321
2.2. Conceito .....	321
2.3. Natureza jurídica .....	321
2.4. Forma. Tendência na legislação estrangeira .....	322
2.5. Classificação e prazo .....	323
2.6. Equívoco na contagem do prazo .....	323
2.7. Objeto .....	323
2.8. Contrato de experiência que sucede a um contrato temporário .....	324
2.9. Prorrogação .....	325
2.10. Renovação .....	325
2.11. Necessidade ou não de expor as razões pelas quais não prosseguiu o contrato .....	326
2.12. Contrato de experiência e empregado rural .....	326
2.13. Contrato de experiência e empregado doméstico. Tendência na legislação estrangeira .....	326
2.14. Contrato de Experiência. Consórcio de empresas .....	327
2.15. Contrato de experiência e doença no seu curso .....	327
2.16. Contrato de experiência e estabilidade provisória .....	327
2.17. Cessação do contrato de experiência e direitos assegurados ao empregado .....	328
3. Contrato de safra .....	329
4. Contrato de trabalho temporário .....	330
5. Contrato de trabalho do atleta profissional do futebol .....	330
5.1. O atleta profissional e as leis trabalhistas .....	331
6. Contrato de trabalho do artista .....	331
7. Contrato por obra certa .....	332



8. Técnico estrangeiro.....	332
9. Contrato por prazo determinado instituído por convenções e acordos coletivos.....	332
9.1. Admissão sob a égide da Lei n. 9.601, de 21 de janeiro de 1998.....	332
9.2. Limite fixado para contratação sob essa modalidade de contrato a termo.....	333
9.3. Direitos assegurados.....	333
9.4. Empresas com preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito.....	334
9.5. Violação aos preceitos contidos na Lei n. 9.601, de 1998.....	335
10. Contratos com cláusula de duração mínima.....	335
11. Contrato de emprego e contratos afins. Diferença entre contrato de trabalho e prestação de serviços, empreitada, mandato, representação comercial, sociedade e parceria.....	335
11.1. Contrato de prestação de serviços.....	335
11.2. Empreitada.....	336
11.3. Mandato.....	337
11.4. Representação comercial.....	338
11.5. Contrato de sociedade.....	339
11.6. Parceria rural.....	340
12. Pré-contrato. Responsabilidade pré-contratual. Conceito. Elementos. Natureza jurídica. Fundamentos. Efeitos no contrato de trabalho.....	340
12.1. Conceito. Elementos.....	340
12.2. Natureza da responsabilidade pré-contratual.....	341
12.3. Fundamento da responsabilidade pré-contratual.....	342
12.3.1. Pré-contrato e contrato preliminar.....	342
12.4. Efeitos no Direito do Trabalho. Perdas e danos.....	342
<b>CAPÍTULO XV – FORMAS DE INVALIDADE DO CONTRATO DE EMPREGO. NULIDADES TOTAL E PARCIAL. TRABALHO ILÍCITO E TRABALHO PROIBIDO. EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE. TRABALHO FORÇADO.....</b>	<b>344</b>
<b>CAPÍTULO XVI – CONTRATO DE EMPREGO DO SERVIDOR PÚBLICO: PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO, TIPOS DE SERVIDORES, ESTABILIDADE, CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO.....</b>	<b>350</b>
1. Princípios do direito administrativo.....	350
2. A característica de ampliação crescente do Direito do Trabalho e o servidor público.....	351
3. Administração Pública e servidores de seu quadro. Concurso. Contratação irregular. Empregados de empresa pública e sociedade de economia mista. Aposentadoria e continuidade da prestação de serviços. Necessidade de novo concurso?.....	352
3.1. Mudança de regime jurídico de celetista para estatutário. Limites à execução.....	356
4. A terceirização e os órgãos da administração.....	356
5. Acumulação de cargos.....	358
5.1. Policial militar. Reconhecimento de vínculo empregatício.....	358
6. Cargos em comissão.....	358
7. Alteração de jornada. Servidor público.....	358



8. Regimes jurídicos diversos. Equiparação salarial .....	359
9. Estabilidade assegurada no art. 41 da Constituição da República de 1988 .....	359
10. Estabilidade provisória e leis eleitorais .....	360
11. Assistência a que alude o art. 477 da CLT e multa do art. 8º do referido preceito legal.....	361
12. Legislação federal aplicável aos servidores públicos dos Estados e Municípios .....	361
13. Agente Comunitário da Saúde e combate às endemias .....	361
<b>CAPÍTULO XVII – TRABALHO DO MENOR. CONCEITO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE. EFEITOS DA CONTRATAÇÃO. NORMAS DE PROTEÇÃO. LIMITES. ESTAGIÁRIO E APRENDIZ. CONSELHOS TUTELARES .....</b>	<b>363</b>
1. Introdução.....	363
2. Fundamentos da tutela especial.....	363
3. Evolução legislativa .....	364
4. O trabalho do menor e a ação internacional. Tendência .....	365
4.1. A concentração de trabalhadores menores no Brasil.....	367
5. O trabalho do menor à luz das Constituições brasileiras.....	367
5.1. Eficácia do contrato de trabalho do menor em face da lei vigente à época de sua admissão no emprego .....	368
6. Destinatários das normas trabalhistas constantes do Capítulo IV, do Título III da CLT .....	369
7. A capacidade laboral. Distinção entre criança e adolescente .....	369
8. Contratação e desligamento .....	370
9. Trabalhos proibidos. Fundamentos.....	371
10. Limites à jornada de trabalho do menor.....	373
11. Férias e repouso.....	373
12. Recibos.....	373
13. Prescrição. Direitos oriundos de sucessão.....	374
14. O salário do trabalhador rural menor.....	375
15. Deveres dos responsáveis legais.....	375
16. Deveres dos empregadores.....	375
17. O contrato de aprendizagem.....	375
17.1. Evolução histórica. Conceito de contrato de aprendizagem. Requisitos de validade. Distinção entre aprendiz e estagiário .....	375
17.2. Duração .....	377
17.3. Natureza jurídica.....	377
17.4. Obrigatoriedade de contratação de aprendizes.....	378
17.5. Locais destinados a ministrar o aprendizado.....	378
17.6. Restrições ao contrato de trabalho do aprendiz .....	379
17.7. Salário, jornada e FGTS em face das inovações introduzidas pela Lei n. 10.097, de 2000.....	379
17.8. Cessaçao do contrato de aprendizagem. Justa causa.....	380
18. Aspectos processuais relacionados com o trabalho do menor.....	381
19. Trabalho educativo .....	381



20. Conselho tutelar: composição e atribuições. Natureza do vínculo estabelecido com o conselheiro .....	382
<b>CAPÍTULO XVIII – OS PODERES DO EMPREGADOR NO CONTRATO DE EMPREGO: PODER DIRETIVO, FUNÇÃO DE CONTROLE, REVISTA, CONTROLE POR INSTRUMENTOS VISUAIS E DE POLÍGRAFO. REGULAMENTAR, ETC. PODER DE FISCALIZAÇÃO E DISCIPLINAR. EFEITOS DO CONTRATO DE EMPREGO: DIREITOS, DEVERES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES. DIREITOS DA PERSONALIDADE: DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA, DIREITO À INTEGRIDADE INTELLECTUAL (INVENÇÕES DO EMPREGADO, EFEITOS CONEXOS DO CONTRATO) E DIREITO À INTEGRIDADE MORAL. INDENIZAÇÕES POR DANO MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. DANO COLETIVO .....</b>	
1. O fenômeno social e as primeiras manifestações de poder .....	384
2. Conceito de poder hierárquico.....	385
3. Crítica ao chamado poder hierárquico .....	385
3.1. Poder diretivo. Poder disciplinar. Poder regulamentar e poder de fiscalização .....	385
4. Conceito e fundamentos do poder diretivo .....	386
4.1. Titular do poder diretivo. Natureza jurídica e limites. Hipóteses de desobediência legítima. Ordem sobre a conduta extralaboral .....	386
4.2. Funções diretivas.....	387
4.3. A revista como função de controle .....	388
4.3.1. A revista em face da lei, da jurisprudência e da doutrina.....	388
4.3.2. Situações que justificam a revista. Meios e cautelas que deverão ser utilizados para reduzir os seus efeitos .....	389
4.3.3. Âmbito de realização da revista. Limites.....	389
4.3.4. Revista que pressupõe inspeção direta sobre o corpo do empregado. Exigência de que o empregado se desnude. Violação ao direito à intimidade.....	390
4.3.5. Revistas em objetos do empregado, veículo ou em espaços a ele reservados.....	392
4.3.6. O procedimento das revistas na legislação estrangeira: Itália. Espanha. França. China. Argentina. Canadá .....	392
4.4. Fiscalização por instrumentos visuais .....	394
4.5. Controle exercido por meio de polígrafo .....	395
4.6. Controle das comunicações do empregado no local de trabalho. O <i>e-mail</i> .....	397
5. O poder disciplinar .....	401
5.1. Conceito de poder disciplinar. Tipos de sanção.....	401
5.2. Fundamento. Novas posições .....	402
5.3. Natureza jurídica do poder disciplinar .....	402
5.4. Dosagem da pena.....	403
5.5. Norma regulamentar. Sindicância interna .....	404
6. Deveres do empregado .....	404
6.1. Conteúdo e limites do dever de obediência.....	404
6.2. Dever de diligência .....	406
6.3. Dever de fidelidade.....	407
7. Direitos dos empregados. Deveres do empregador.....	407
8. Direitos fundamentais, direitos humanos e direitos da personalidade.....	407
8.1. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais. Limites.....	408



8.2. Princípios.....	408
8.3. A internacionalização dos direitos humanos.....	408
8.4. Direitos fundamentais do trabalho sob o prisma da ação internacional.....	409
8.5. Direitos fundamentais à luz da Constituição da República de 1988. Eficácia mediata e imediata dos direitos fundamentais.....	410
9. Direitos da personalidade.....	411
9.1. Direito à integridade física do trabalhador.....	412
9.2. Direito à integridade intelectual do empregado. Direitos conexos.....	413
9.2.1. Introdução.....	413
9.2.2. Proteção aos direitos conexos.....	414
9.2.2.1. Direito de arena.....	415
9.2.3. Autor empregado. Direitos autorais.....	416
9.2.4. Invenções do empregado.....	417
9.2.4.1. Tratamento legal.....	417
9.2.4.2. Conceito.....	418
9.2.4.3. Invenções dos empregados. Cultivares.....	418
9.3. Direito à integridade moral – lesão à imagem e à honra.....	419
9.3.1. Direito à integridade moral. Lesão ao direito à intimidade. Revista abusiva.....	422
9.3.2. Restrição ao uso de banheiro.....	424
9.3.3. Submissão do empregado a exames para investigação do vírus HIV e de anticorpos de Hepatite B.....	424
9.4. Liberdade de pensamento, crença religiosa, convicção filosófica, política ou sindical.....	425
9.5. Conclusão.....	426
10. Dano material, dano patrimonial, dano moral e dano existencial.....	426
10.1. Introdução.....	426
10.2. Conceito de dano moral.....	428
10.3. Cumulação de danos morais com danos materiais e estéticos.....	429
10.4. Natureza jurídica.....	429
10.5. Dano moral e competência da Justiça do Trabalho.....	430
10.6. Prova.....	430
10.7. Responsabilidade pré-contratual, contratual e pós-contratual.....	430
10.8. A compensação por danos morais. Parâmetros para fixação de valor.....	432
11. Dano coletivo.....	433
<b>CAPÍTULO XIX – DURAÇÃO DO TRABALHO. JORNADA DE TRABALHO.....</b>	<b>436</b>
1. Escorço histórico.....	436
2. Fundamentos e objetivos.....	436
3. Jornada e horário.....	437
3.1. Trabalho extraordinário. Necessidade imperiosa.....	437
a) Força maior.....	437



b) Recuperação do tempo perdido em decorrência de força maior.....	438
c) Serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos manifestos ao empregador.....	438
3.2. Trabalho extraordinário não previsto nas hipóteses de necessidade imperiosa.....	438
3.3. Horas extras. Conceito. Natureza jurídica. Horas extras habituais e incorporação à remuneração.....	438
3.4. Cálculo das horas extras. Commissionista. Salário fixo. Salário variável e salário misto.....	439
3.5. Horas extras. Supressão. Indenização.....	439
3.6. Minutos que antecedem ou sucedem a jornada.....	440
3.7. Tempo utilizado para troca de uniforme, lanche, higiene pessoal e ginástica.....	440
3.8. Participação em cursos e treinamento.....	441
3.9. Horas <i>in itinere</i> .....	441
4. Sobreaviso. Portadores de bipe, celulares e outros aparelhos semelhantes.....	443
5. Horas extras em condições insalubres e perigosas. Acordo de compensação de horas nesses locais.....	444
6. Jornada em turno ininterrupto de revezamento. Intervalo. Empregado horista.....	444
6.1. Ferroviários submetidos a escalas variadas com alternância de turnos. Aplicação do art. 7º, XIV, da Constituição da República de 1988.....	445
7. Jornada em regime de tempo parcial.....	445
8. Compensação. Consequências na hipótese de descaracterização do regime.....	446
8.1. Banco de horas.....	446
8.2. Regime de 12 x 36 horas de trabalho. Regime de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra (semana espanhola). Semana inglesa. Aplicação de 40 horas semanais com divisor 200 para cálculo do salário-hora do empregado mensalista.....	447
9. Empregados excluídos do direito a horas extras. Art. 62 da CLT. Cargos de confiança e serviços externos incompatíveis com fixação de horário.....	448
9.1. Horas extras. Empregado que reside no local de trabalho.....	448
10. Intervalo entre dois turnos (interjornada) ou para refeição (intrajornada).....	449
10.1. Consequências legais em caso de desrespeito aos intervalos.....	450
10.2. Pausas e descansos. Digitadores, mineiros e trabalhadores em câmaras frigoríficas.....	451
11. Trabalho noturno no meio urbano e no meio rural.....	452
11.1. Cálculo do adicional noturno.....	453
11.2. Consequências nefastas advindas do trabalho noturno.....	453
11.3. Convenção n. 171 da OIT sobre trabalho noturno.....	454
11.3.1. Introdução.....	454
11.3.2. Campo de aplicação.....	454
11.3.3. Conceito de trabalho noturno.....	454
11.3.4. Medidas de proteção ao trabalhador noturno.....	455
11.3.5. Tutela conferida à trabalhadora noturna no ciclo gravídico-puerperal.....	455
11.3.6. Tratamento especial ao trabalhador noturno.....	456
11.3.7. Meios de aplicação da Convenção n. 171 da OIT.....	456
12. Obrigatoriedade de manter controle de horário.....	456
12.1. Prova da hora extra.....	456



13. Jornadas especiais do trabalho.....	457
a) Advogado.....	457
a.1) Dedicção exclusiva.....	458
b) Artista.....	458
c) Atleta.....	459
d) Bancário.....	460
d.1) Bancários excluídos das regras especiais. Função de confiança.....	462
d.2) Empregados de financeiras, bancos regionais, corretoras, distribuidoras de valores e empresa de processamento de dados que prestam serviço a banco.....	463
d.3) Empregados de cooperativas de crédito e administradoras de cartão de crédito.....	463
e) Digitador.....	464
e.1) Introdução.....	464
e.2) Enquadramento.....	464
e.3) Intervalo e jornada.....	464
f) Ferroviário.....	465
g) Jornalista.....	468
h) Mineiro.....	468
i) Professor.....	469
i.1) Participação em reuniões, permanência na sala de aula ou outro local aguardando pais de alunos, após o expediente ou durante os intervalos.....	470
i.2) Intervalo entre aulas, conhecido como “janela”.....	470
j) Telefonista.....	470
<b>CAPÍTULO XX – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FÉRIAS.....</b>	<b>474</b>
1. Repouso Semanal Remunerado.....	474
1.1. Escorço histórico.....	474
1.2. Fundamentos.....	474
1.2.1. Conceito. Características. Natureza jurídica.....	475
1.3. O repouso semanal à luz da CLT e da Lei n. 605, de 1949.....	475
1.4. Destinatários da Lei n. 605, de 1949.....	475
1.5. Empregada doméstica e o instituto do repouso.....	476
1.6. O repouso semanal remunerado do professor.....	476
1.7. Repouso semanal em empresas, cujas atividades, caracteristicamente, desenvolvem-se em fins de semana.....	477
1.8. Requisitos para aquisição do repouso.....	477
1.9. Remuneração do repouso. Critérios de cálculo.....	478
1.9.1. Trabalho realizado aos domingos sem folga compensatória.....	479
1.10. Derrogações ou exceções ao repouso aos domingos.....	479
1.10.1. Derrogações permanentes ao repouso aos domingos e feriados.....	479
1.10.1.1. O funcionamento dos supermercados aos domingos.....	480



1.10.1.2. Empresas autorizadas a funcionar aos domingos e escalas de revezamento .....	481
1.10.2. Derrogações transitórias aos repousos .....	481
1.11. Violação aos preceitos contidos na legislação pertinente ao repouso semanal e em feriados .....	482
2. Férias .....	482
2.1. Escorço histórico .....	482
2.2. Conceito .....	483
2.3. Fundamentos .....	483
2.4. Natureza jurídica .....	483
2.5. Tratamento legal .....	484
2.6. Do direito a férias. Duração e concessão .....	484
2.7. Férias e empregado menor .....	484
2.8. Ausências que não afetam o período aquisitivo de férias .....	485
2.8.1. Ausências que afetam o período aquisitivo de férias .....	485
2.9. Remuneração das férias e seu pagamento .....	485
2.10. Férias e cessação, dissolução ou terminação do contrato de trabalho .....	486
2.11. Férias-prêmio .....	487
2.12. Férias e Convenção n. 132 da OIT .....	487
2.13. Férias coletivas .....	488
<b>CAPÍTULO XXI – REMUNERAÇÃO E SALÁRIO. CONCEITO. DISTINÇÕES. CARACTERES E CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO. DIFERENÇA ENTRE SALÁRIO E INDENIZAÇÃO. COMPOSIÇÃO DO SALÁRIO. MODALIDADES DE SALÁRIO. COMPONENTES DA REMUNERAÇÃO .....</b>	<b>490</b>
01. Introdução .....	490
02. Conceito. Distinção entre salário e remuneração. Efeitos práticos .....	490
03. Natureza jurídica do salário .....	491
04. Diferença entre salário e indenização .....	492
05. Caracteres do salário .....	492
06. Componentes .....	493
07. Salário <i>in natura</i> e utilidades não salariais .....	493
08. Utilidades não salariais .....	494
09. Utilidade fornecida por meio de comodato .....	498
10. O fornecimento do salário <i>in natura</i> em face da suspensão e da interrupção do contrato .....	498
11. Comissões .....	499
11.1. Conceito. Distinção entre comissões e percentagens. Natureza jurídica das comissões .....	499
11.2. Nascimento do direito às comissões .....	500
11.3. Inexecução do negócio por vontade do cliente ou do empregador. Cancelamento de vendas .....	500
11.4. Comissões. Vendas por meio de licitação .....	501
11.5. Comissões e exclusividade de zona. Comissões e cessação da relação de emprego .....	501

11.6. Vendas à prestação. Exigibilidade das comissões .....	501
11.7. Insolvência do comprador.....	502
11.8. Cláusula <i>star del credere</i> .....	502
11.9. Lastro ou fiança .....	503
11.10. Comissões. Repercussão na remuneração para os efeitos legais. Horas extras .....	503
11.11. Pagamento das comissões.....	503
11.12. Acumulação de funções .....	504
11.13. Alteração contratual e empregado comissionista.....	504
11.14. Equiparação salarial e empregado comissionista.....	504
12. Gratificação .....	505
12.1. Origem etimológica. Evolução do conceito. Critérios adotados para aferição do ajuste tácito .....	505
12.2. Classificação.....	506
12.3. Natureza jurídica. Efeitos da gratificação no contrato de trabalho .....	506
12.4. Gratificação concedida pelo empregador após preenchimento de certas condições.....	506
12.5. Gratificação natalina ou 13º salário .....	507
12.5.1. Destinatários .....	507
12.5.2. Época e valor do pagamento .....	507
12.5.3. Adiantamento. Dedução da primeira parcela.....	507
12.5.4. Ausências.....	508
12.5.5. Cessação do contrato de trabalho .....	508
13. Diárias.....	509
13.1. Conceito. Classificação. Natureza jurídica. Distinção entre diárias e ajuda de custo.....	509
14. Abonos.....	510
15. Prêmios .....	510
15.1. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Diferença entre prêmio, participação nos lucros e gratificação .....	510
16. “Bicho”.....	511
17. Gueltas.....	511
18. Luvas.....	511
19. <i>Stock options</i> .....	512
20. Gorjeta.....	513
20.1. Conceito. Classificação. Natureza jurídica. Efeitos práticos.....	513
21. Direito de arena.....	514
22. Adicional de insalubridade .....	515
22.1. Destinatários .....	515
22.2. Conceito.....	515
22.3. Base de incidência do adicional de insalubridade .....	516
22.4. O adicional de insalubridade como componente da remuneração do empregado .....	517
22.5. Adicional de insalubridade devido a empregado sujeito a mais de um agente agressivo .....	517



22.6. Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI).....	517
22.7. Adicional de insalubridade. Óleos minerais. Sentido do termo “manipulação” .....	518
22.8. Pedido de adicional de insalubridade. Agente nocivo diverso do apontado na petição inicial.....	518
22.9. Legitimidade do sindicato para atuar como substituto processual.....	518
23. Adicional de periculosidade.....	518
23.1. Destinatários .....	518
23.2. Conceito. Base de incidência .....	518
23.3. Incidência na remuneração do empregado .....	520
23.4. Não cumulação do adicional de insalubridade com o de periculosidade.....	520
23.5. Inserção em folha .....	521
23.6. Postulação em juízo .....	521
24. Adicionais de horas extras, noturnos e de transferência.....	521
25. Quebra de caixa.....	521
26. Participação nos lucros.....	522
26.1. Escorço histórico.....	522
26.2. Conceito e natureza jurídica.....	522
26.3. Fundamentos .....	522
26.4. Objeções à participação nos lucros.....	523
26.5. Participação nos lucros e regulamentação por meio de medidas provisórias .....	523
26.6. A participação nos lucros à luz da Lei n. 10.101, de 19 de dezembro de 2000.....	524
26.7. Questões práticas alusivas à participação nos lucros .....	525
27. Ajuda de custo.....	527
27.1. Natureza jurídica. Conceito.....	527
28. Verba de representação .....	527
29. Salário-família.....	527
30. Cessão do salário.....	528
31. Classificação do salário .....	529
31.1. Escorço histórico.....	529
31.2. Conceito. Estipulação. Garantia.....	529
31.3. Outras classificações de salário.....	530
<b>CAPÍTULO XXII – FORMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO. PROTEÇÃO AO SALÁRIO .....</b>	<b>534</b>
1. Formas e meios de pagamento do salário .....	534
2. Proteção ao salário ou garantias salariais.....	535
2.1. Medidas de proteção ao salário contra abusos do empregador. O <i>truck-system</i> .....	535
2.2. Medidas de proteção ao salário contra os credores do empregador.....	540



2.3. Medidas de proteção ao salário contra familiares do empregado.....	540
2.4. Medidas de proteção ao salário contra credores do empregado .....	540
<b>CAPÍTULO XXIII – EQUIPARAÇÃO SALARIAL. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE SALÁRIO. DESVIO DE FUNÇÃO .....</b>	<b>542</b>
1. Introdução.....	542
2. Identidade de função.....	543
3. Mesmo empregador.....	544
3.1. Empresas do mesmo grupo econômico.....	544
4. Equiparação Salarial. Sucessão. Trabalho temporário. Terceirização. Cessão.....	545
5. Regimes jurídicos diversos .....	545
6. Espaço físico como requisito necessário à isonomia.....	546
7. O Trabalho de igual valor e a contemporaneidade no exercício das funções. Vacância de cargo .....	546
7.1. Equiparação salarial e jornadas distintas .....	547
8. Equiparação salarial a empregados ocupantes de cargo de confiança ou executantes de trabalhos intelectuais ou artísticos .....	547
9. Maior formação teórica do paradigma. Profissões que exigem habilitação técnica.....	548
10. O tempo de serviço como requisito necessário à isonomia. Soma de períodos descontínuos .....	548
11. O quadro de carreira como obstáculo à equiparação salarial. Enquadramento. Reclassificação. Desvio de função.....	550
12. Readaptação como obstáculo à isonomia.....	550
13. Isonomia advinda de sentença judicial. Vantagens pessoais.....	551
14. A indicação do paradigma.....	551
15. A equiparação entre brasileiros e estrangeiros.....	551
16. A equiparação salarial e o rurícola .....	552
17. Cessão de empregados.....	552
18. Ônus da prova .....	552
19. Prescrição .....	553
20. Súmula n. 6.....	553
<b>CAPÍTULO XXIV – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO. ALTERAÇÃO UNILATERAL E BILATERAL. TRANSFERÊNCIA DE LOCAL DE TRABALHO. REMOÇÃO. REVERSÃO. PROMOÇÃO E REBAIXAMENTO. ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO. REDUÇÃO DE REMUNERAÇÃO. <i>JUS VARIANDI</i> .....</b>	<b>555</b>
1. Das alterações do contrato individual de trabalho e do pré-contrato.....	555
2. As alterações voluntárias e <i>jus variandi</i> . Qualificação profissional.....	556
2.1. Alteração qualitativa: modificação na função do empregado. Acúmulo de função. <i>Jus variandi</i> .....	557
2.1.1. Acumulação de funções e o empregado radialista.....	558
2.2. Alteração qualitativa imperativa (obrigatória) .....	560
3. Alteração quantitativa do contrato (salário).....	560
4. Alteração do local de trabalho.....	562



5. Alteração na jornada e no turno de trabalho. <i>Jus variandi</i> .....	564
6. Prescrição .....	566
7. Consequências .....	566
<b>CAPÍTULO XXV – INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO: CONCEITO, CARACTERIZAÇÃO, DISTINÇÕES. TIPIFICAÇÃO. SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS. ANISTIA ...</b>	<b>567</b>
1. Fundamentos .....	567
2. Traços comuns entre a interrupção e a suspensão do contrato.....	567
3. Conceito. Caracterização. Traços distintivos entre interrupção e suspensão do contrato .....	568
4. Classificação.....	568
4.1. Hipóteses de interrupção contratual.....	568
4.2. Hipóteses de suspensão contratual. Situações controvertidas .....	573
5. Efeitos.....	576
6. Fluência dos contratos a termo em face da suspensão e da interrupção do contrato.....	577
7. Anistia.....	577
<b>CAPÍTULO XXVI – RESOLUÇÃO PELO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO. JUSTA CAUSA. RESCISÃO INDIRETA. ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL ....</b>	<b>579</b>
1. Justa Causa.....	579
1.1. Conceito e requisitos.....	579
1.2. Circunstâncias que devem ser sopesadas na análise da justa causa .....	582
1.3. Elenco taxativo das justas causas. Espécies.....	582
1.4. Justas causas específicas.....	592
1.5. Natureza jurídica da despedida por justa causa .....	593
1.6. Atos faltosos praticados pelo empregador. Despedida indireta .....	593
1.7. Prova da justa causa.....	600
1.8. Consequências caso não seja comprovada a falta ensejadora da rescisão indireta.....	600
1.9. Permanência do empregado no trabalho e pleito de rescisão indireta .....	601
2. Assédio moral. Justa causa. Rescisão indireta .....	601
2.1. Introdução .....	601
2.1.1. O assédio moral. Terminologia. Primeiras manifestações.....	602
2.2. Conceito.....	603
2.3. Comportamentos configuradores do assédio moral.....	603
2.4. Elementos do conceito.....	604
2.5. Perfil do assediador .....	606
2.5.1. Efeitos.....	607
2.6. O assédio moral na legislação e na doutrina estrangeiras .....	607
2.7. O assédio moral no Brasil .....	609
2.8. A dificuldade da prova.....	611



2.9. Conclusão.....	611
3. O assédio sexual. Justa causa. Rescisão indireta .....	611
3.1. Introdução .....	611
3.2. Conceito. Manifestações. Necessidade de repúdio .....	614
3.3. Legislação sobre a temática. Responsabilidade .....	615
3.4. Enquadramento da falta.....	616
3.5. Ônus da prova do assédio sexual .....	617
<b>CAPÍTULO XXVII – OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA CESSAÇÃO DO CONTRATO. AVISO-PRÉVIO. MULTA .....</b>	<b>619</b>
1. Dissolução ou terminação do contrato.....	619
2. Aviso-prévio.....	620
2.1. Escorço histórico.....	620
2.2. Conceito e natureza jurídica .....	620
2.3. Finalidade.....	621
2.4. Presunção gerada pelo aviso-prévio concedido .....	621
2.5. Duração do aviso-prévio.....	621
2.6. Retratação.....	622
2.7. Dissolução do contrato.....	622
2.8. Estabilidade provisória .....	623
2.9. Aviso-prévio e sua projeção no tempo de serviço. Indenização adicional .....	623
2.10. Aviso-prévio indenizado. Prazo de pagamento das verbas rescisórias .....	624
2.11. Justa causa no curso do aviso-prévio .....	624
2.12. Doença no curso do pré-aviso .....	624
2.13. Remuneração do aviso-prévio .....	625
2.14. Irrenunciabilidade.....	625
2.15. Aviso-prévio indenizado e contribuição previdenciária .....	625
3. Multa em decorrência de atraso no pagamento das verbas rescisórias .....	626
3.1. Multa e decretação de falência .....	628
3.2. Multa pelo descumprimento de norma coletiva. Obrigação assegurada em lei .....	628
3.3. Multa a que se refere o art. 652 da CLT. Penalidades administrativas impostas na forma do art. 114, VII, da Constituição vigente .....	628
3.4. Multa estipulada em cláusula penal .....	629
3.5. Multa na litigância de má-fé.....	629
3.6. Multa. Pessoa jurídica de direito público .....	629
4. Quitação. Homologação. Eficácia liberatória.....	629
<b>CAPÍTULO XXVIII – ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO. FUNDAMENTOS. CONCEITO. CARACTERIZAÇÃO E DISTINÇÕES. FORMAS DE ESTABILIDADE. RENÚNCIA À ESTABILIDADE. HOMOLOGAÇÃO. DESPEDIDA DE EMPREGADO ESTÁVEL. EFEITOS .....</b>	<b>631</b>
1. Fundamentos .....	631



2. Escorço histórico.....	631
3. Conceito de estabilidade decenária.....	632
4. Empregados excluídos da estabilidade decenária.....	632
5. Despedida obstativa da estabilidade.....	633
6. Natureza jurídica da estabilidade decenária.....	633
7. Dissolução do contrato. Efeitos. Reintegração e readmissão. Indenização. Renúncia à estabilidade decenária....	633
8. Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa à luz da Constituição vigente....	635
9. Denúncia da Convenção n. 158 da OIT.....	635
10. Outras formas de estabilidade.....	635
11. Garantias ou estabilidades provisórias de emprego.....	636
11.1. Dirigente sindical.....	636
11.1.1. Fundamentos da tutela ao dirigente sindical.....	637
11.1.2. Cargos que ensejam estabilidade. Sindicato sem registro.....	637
11.1.3. Dirigentes de associação profissional.....	638
11.1.4. Delegados que dirigem seções instituídas pelo sindicato.....	639
11.1.5. O registro da candidatura do empregado e a comunicação a que alude o art. 543, § 5º, da CLT. Caracterização da estabilidade provisória.....	639
11.1.6. Efeitos do afastamento do empregado dirigente sindical.....	640
11.1.7. Efeitos jurídicos da dissolução contratual do empregado dirigente de sindicato. Inquérito. Antecipação de tutela.....	640
11.1.8. O registro da candidatura do dirigente sindical no curso do contrato por prazo determinado.....	641
11.1.9. Empregado eleito dirigente de sindicato que não guarda correspondência com a função por ele exercida na empresa.....	641
11.2. Representantes de empregados na CIPA. Garantia de emprego. Fundamentos. Empregado representante de empregador na CIPA.....	642
11.3. Empregada no ciclo gravídico-puerperal.....	643
11.4. Empregado acidentado. Garantia de emprego. Fundamentos.....	644
11.5. Diretores de sociedades cooperativas.....	645
11.6. Estabilidade provisória e membros de Comissão de Conciliação Prévia.....	645
11.7. Representantes dos empregados no Conselho Curador do FGTS.....	646
11.8. Representantes dos empregados no Conselho Previdenciário.....	646
11.9. Estabilidade provisória e leis eleitorais.....	646
11.10. Estabilidade provisória: empregado transferido, alistando, empregado às vésperas da aposentadoria. Asseguramento em Precedentes Normativos do TST.....	647
11.11. Estabilidade provisória e entidades que congregam profissionais liberais.....	647
11.12. Representantes de empregados de que trata o art. 11 da Constituição da República de 1988.....	648
11.13. Estabilidade provisória e portadores do vírus da AIDS.....	649
12. Considerações gerais.....	649
12.1. Estabilidade provisória e extinção da empresa.....	649



12.2. Estabilidade provisória no curso do aviso-prévio .....	650
12.3. Estabilidade provisória e contratos determinados. Exceção prevista no § 4º do art. 1º da Lei n. 9.601, de 1998 .....	651
12.4. Estabilidade provisória e renúncia .....	652
12.5. Aviso-prévio no curso da garantia de emprego .....	653
12.6. Estabilidade prevista no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição vigente.....	653
12.7. Estabilidade assegurada no art. 41 da Constituição .....	654
<b>CAPÍTULO XXIX – O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO .....</b>	<b>656</b>
1. Instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.....	656
1.1. Primeiro momento histórico da flexibilização .....	656
1.1.1. Conselho Curador do FGTS.....	656
2. Constituição do FGTS. Dos depósitos. Natureza jurídica. Impenhorabilidade da conta vinculada .....	657
2.1. Dos saques.....	658
2.2. Trabalhador aposentado que continua trabalhando após o benefício previdenciário .....	660
2.3. Rescisão contratual fictícia.....	661
2.4. FGTS. Partilha de bens .....	661
3. Interdependência dos dois regimes.....	661
4. Prescrição .....	662
5. Expurgos inflacionários. Diferença de multa de 40%. Responsabilidade pelo pagamento .....	663
6. Atualização.....	664
7. Opção retroativa do FGTS .....	664
8. Prova .....	664
9. FGTS e multa prevista no art. 22 da Lei n. 8.036, de 1990. FGTS e art. 467 da CLT .....	664
9.1. Competência .....	665
10. Dispensa verificada por motivo censurável.....	665
11. Considerações gerais .....	666
<b>CAPÍTULO XXX – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....</b>	<b>667</b>
1. Introdução.....	667
2. Conceito de prescrição e decadência. Código Civil de 1916 e de 2002 .....	667
3. Distinção entre prescrição e decadência .....	668
4. Prescrição, preclusão e preempção.....	672
5. Início da contagem do prazo prescricional. Abrangência: cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação .....	672
6. Fundamentos .....	673
7. Natureza jurídica.....	673
8. Causas preclusivas da prescrição .....	674
9. Prescrição e Constituição da República de 1988.....	677
9.1. Prescrição da pretensão alusiva a institutos jurídicos assegurados na CLT e em legislação ordinária posterior. Prazo .....	677



9.2. Os prazos prescricionais poderão ser alterados por acordo entre as partes? .....	678
10. Prescrição e aviso-prévio .....	678
11. O termo <i>a quo</i> do prazo prescricional.....	679
12. O termo <i>a quo</i> da prescrição e o prazo a que alude o art. 459 da CLT.....	679
13. Prescrição total e parcial .....	680
14. Congelamento e redução de gratificação.....	681
15. Reenquadramento em plano de cargos. Desvio de função. Critérios de promoção não observados.....	681
16. Complementação de aposentadoria.....	681
17. Prescrição do direito de reclamar diferença salarial decorrente de sentença normativa.....	682
18. Anotação da CTPS para fins de prova junto à Previdência Social. Prescrição.....	682
19. Prescrição e períodos descontínuos de trabalho .....	682
20. A prescrição e os atos nulos.....	682
21. Prescrição e FGTS.....	683
22. Prescrição e PIS.....	683
23. Mudança de regime jurídico .....	684
24. Prescrição e compensação do dano moral.....	684
25. Prescrição intercorrente.....	685
26. A prescrição na interrupção e na suspensão do contrato de trabalho.....	686
27. Prescrição. Doméstico.....	687
28. Prescrição e créditos trabalhistas do empregado rural .....	688
<b>CAPÍTULO XXXI – MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO. O TRABALHO DA MULHER. ESCORÇO HISTÓRICO. RESTRIÇÕES AO TRABALHO DA MULHER. PROTEÇÃO À MATERNIDADE. DURAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE. DISCRIMINAÇÃO NO CONTRATO DE TRABALHO .....</b>	<b>692</b>
1. Meio ambiente do trabalho. Segurança e higiene do trabalho.....	692
1.1. Introdução.....	692
1.2. Conceito de saúde .....	693
1.3. Regras sobre edificações, iluminação, ventilação e instalações elétricas .....	694
1.4. Periculosidade. Trabalhos com eletricidade. Trabalhos com inflamáveis e explosivos .....	694
1.5. Insalubridade.....	694
1.6. Meio ambiente de trabalho .....	695
1.7. Ritmo excessivo de trabalho. Regime de revezamento. Trabalho noturno.....	695
1.8. Esforço físico.....	697
1.9. Prevenção .....	698
1.10. Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho — CIPA e SESMT .....	699
1.11. Sanções administrativas .....	700
1.12. O dano à pessoa.....	700



1.13. A defesa do meio ambiente de trabalho .....	701
2. Trabalho da mulher .....	704
2.1. Escorço histórico.....	704
2.2. Primeiras leis sobre o trabalho da mulher no Brasil .....	705
2.3. Restrições ao trabalho das mulheres .....	706
2.3.1. Trabalho noturno .....	706
2.3.2. Trabalho em condições insalubres, perigosas e penosas (nas minerações, em subsolo, pedreiras e obras de construção pública ou particular).....	707
2.3.3. Trabalho em horas extras e com peso .....	707
2.4. Proteção à Maternidade .....	710
2.4.1. Influência das normas internacionais da OIT sobre a legislação brasileira — Programa Empresa Cidadã (2008) .....	710
2.4.2. Destinatárias da tutela legal .....	711
2.4.2.1. Mãe adotiva e a Lei n. 10.421, de 15 de abril de 2002 .....	712
2.4.3. Duração da licença-maternidade .....	713
2.4.4. Natureza das normas.....	714
2.4.5. Parto antecipado.....	714
2.4.6. Estado civil da mulher e nascimento sem vida da criança.....	714
2.4.7. Falecimento da gestante. Tendência na legislação estrangeira.....	715
2.4.8. Aborto .....	716
2.4.9. Amamentação. Tendência .....	717
2.4.10. Filhos gêmeos. Tendência na legislação estrangeira .....	718
2.4.11. Mudança de função. Dispensa de horário para submeter-se a consultas médicas .....	718
2.4.12. Empregos concomitantes .....	718
2.4.13. Retribuição da licença-maternidade.....	718
2.4.14. Garantia de emprego à gestante. Destinatárias. Inclusão da empregada doméstica.....	720
2.4.15. Dispensa injusta de empregada gestante antes do início da licença-maternidade .....	721
2.4.15.1. Dispensa injusta e não conhecimento da gravidez pela própria empregada .....	723
2.4.16. Reintegração da empregada gestante.....	724
2.4.16.1. Ajuizamento da ação após transcorrido total ou parcialmente o período da estabilidade provisória .....	724
2.4.16.2. Justa causa. Demissão .....	726
2.4.17. Contratos determinados e empregada gestante .....	727
2.5. O combate à discriminação.....	727
2.5.1. Discriminação contra a mulher casada ou trabalhadora grávida .....	728
2.5.2. Proteção à intimidade da trabalhadora.....	729
2.6. Revisão sugerida ao Capítulo III, do Título III, da CLT, intitulado “Da Proteção do Trabalho da Mulher” .....	730
2.7. Penalidades .....	731
2.8. Conclusão.....	731
3. Discriminação no contrato de trabalho.....	731
3.1. Introdução.....	732



3.2. Conceito.....	732
3.2.1. Momento da discriminação — Ato da contratação — Curso do contrato e dissolução do ajuste laboral.....	733
3.3. Razões ensejadoras da discriminação.....	733
3.4. Discriminação <b>direta, indireta e oculta</b> .....	735
3.5. Medidas sugeridas para o combate à discriminação. Ações afirmativas.....	736
3.6. Discriminação por <b>motivo de raça, estado civil e idade</b> .....	736
3.7. Discriminação por <b>motivo de sexo</b> .....	739
3.7.1. Introdução.....	739
3.7.2. A ação internacional e o combate à discriminação contra a mulher.....	741
3.7.3. Igualdade de remuneração.....	741
3.7.3.1. Conceito.....	741
3.7.4. Igualdade de oportunidades e de tratamento. Convenção n. 111 da OIT.....	746
3.7.4.1. Formação profissional, acesso ao trabalho, manutenção e condições de trabalho.....	746
3.7.5. Discriminação direta e indireta sob o prisma do direito comunitário.....	750
3.7.6. O Ano Internacional da Mulher proclamado pelas Nações Unidas.....	752
3.7.7. A Convenção das Nações Unidas e seu protocolo.....	754
3.7.8. Estratégias avançadas de Nairobi para o progresso da mulher até o ano 2000. Avanços e recuos.....	757
3.7.9. Ações afirmativas atribuindo tratamento especial às mulheres.....	762
3.8. <b>Deficiente físico</b> : novas dimensões da proteção no mercado de trabalho.....	765
3.9. <b>AIDS</b> no local de trabalho.....	768
3.9.1. Introdução.....	768
3.9.2. Características da infecção pelo vírus HIV.....	770
3.9.3. AIDS e direitos fundamentais.....	770
3.9.4. Declaração da OMS e da OIT sobre AIDS. Repertório de Recomendações Práticas da OIT sobre o HIV/AIDS e o Mundo do Trabalho, de 2001. Recomendação sobre o HIV e a AIDS, de 2010, da OIT.....	770
3.9.5. Procedimentos e políticas no trabalho sobre HIV/AIDS no Brasil.....	772
3.9.6. Investigação do HIV/AIDS por ocasião da contratação ou no curso do contrato. O respeito ao direito à intimidade do trabalhador.....	773
3.9.7. A efetividade da tutela antidiscriminatória em alguns países.....	776
3.9.7.1. Exigibilidade do teste em face do exercício de função que implique a possibilidade de contágio.....	778
3.9.7.2. Informação e educação.....	779
3.9.7.3. A infecção pelo HIV. Justa causa. Motivo justificado.....	779
3.9.7.4. A rescisão do contrato e a conseqüente reintegração. Dificuldade de se comprovar o tratamento discriminatório.....	781
3.9.7.5. Capacidade parcial e incapacidade do soropositivo para o exercício das funções. Readaptação. Ações afirmativas.....	783
3.9.8. A possibilidade de contágio pelo HIV no trabalho. Precauções.....	784
4. Discriminação e <b>orientação sexual do empregado</b> .....	784



## PARTE II – DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

<b>CAPÍTULO I – DIREITO COLETIVO DO TRABALHO. DEFINIÇÃO. DENOMINAÇÃO. FONTES E PRINCÍPIOS JURÍDICOS</b> .....	791
1. Definição. Denominação. Autonomia .....	791
2. Evolução histórica.....	792
3. Direito Sindical no Brasil. Evolução legislativa.....	794
4. A evolução do Direito Coletivo brasileiro no plano constitucional. Fontes normativas.....	794
5. Direito Coletivo na Constituição da República de 1988.....	795
<b>CAPÍTULO II – LIBERDADE SINDICAL. CONVENÇÃO N. 87 DA OIT. ORGANIZAÇÃO SINDICAL. CONCEITO DE CATEGORIA. CATEGORIA DIFERENCIADA. MEMBROS DA CATEGORIA. DISSOCIAÇÃO DE CATEGORIA</b> .....	799
1. Liberdade sindical.....	799
2. Organização sindical .....	801
<b>CAPÍTULO III – ENTIDADES SINDICAIS: CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, AUTONOMIA E ESTRUTURA, PRERROGATIVAS E LIMITAÇÕES. GARANTIAS SINDICAIS</b> .....	803
1. Conceito de sindicato .....	803
2. Natureza jurídica do sindicato no Brasil .....	803
3. Autonomia sindical.....	805
4. Prerrogativas sindicais (art. 513 da CLT). Contribuições para entidades sindicais em face da nova redação dada ao art. 114 da Constituição. Competência da Justiça do Trabalho .....	806
5. Garantias do dirigente sindical.....	811
6. Comunicação ao empregador do registro da candidatura do empregado .....	811
7. Registro da candidatura ou aquisição do direito, em face da comunicação da garantia de emprego.....	811
8. Fixação do número de dirigentes sindicais.....	812
9. Efeitos do afastamento e da despedida do dirigente sindical sobre o contrato de trabalho.....	812
10. Registro da candidatura do dirigente sindical no curso de contrato determinado.....	812
11. Estabilidade provisória junto a sindicato de categoria que não guarda correspondência com a função exercida na empresa .....	813
12. Centrais sindicais .....	813
<b>CAPÍTULO IV – NEGOCIAÇÃO COLETIVA. CONVENÇÃO COLETIVA</b> .....	814
1. Negociação coletiva .....	814
1.1. Negociação coletiva no serviço público.....	816
2. Convenção coletiva e o art. 7º, VI, da Constituição da República de 1988 .....	818
2.1. Conceito e natureza jurídica da convenção coletiva .....	818
3. Teorias contratualistas, ecléticas, jurídico-sociais, normativas e mista.....	819
3.1. Mandato .....	819
3.2. Teoria da estipulação em favor de terceiros.....	819
3.3. Teoria da gestão de negócios.....	820



3.4. Teoria da personalidade moral e fictícia.....	820
3.5. Teoria do pacto social.....	821
3.6. Teoria da solidariedade necessária ( <i>Rouast</i> ).....	821
3.7. Teoria da representação legal.....	821
3.8. Teoria institucional.....	821
3.9. Teoria normativa de <i>Kelsen</i> .....	822
3.10. Teoria da lei delegada.....	822
3.11. Teoria mista.....	822
4. Convenção coletiva e alteração de preceitos legais.....	823
5. Convenção coletiva. Categoria diferenciada.....	823
6. Elaboração, aprovação, efeitos, importância, prorrogação, revisão, denúncia e revogação das convenções coletivas.....	823
7. Conteúdo da convenção coletiva.....	823
8. Efeitos posteriores. Incorporação das cláusulas no contrato de trabalho.....	824
9. Importância da convenção coletiva para o Estado.....	824
9.1. Importância da convenção coletiva para o sindicato.....	825
9.2. Importância da convenção coletiva como fonte de Direito.....	825
10. Prorrogação, revisão, denúncia e revogação.....	825
10.1. Revisão.....	825
10.2. Revogação.....	825
11. Forma e publicidade.....	825
12. Substituição processual. Acordo e convenção coletiva.....	826
<b>CAPÍTULO V – PODER NORMATIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. DISSÍDIO COLETIVO</b>	<b>827</b>
1. Conceito.....	827
2. Classificação dos dissídios coletivos.....	827
3. Conteúdo das sentenças normativas.....	828
4. Questões ligadas à interpretação de normas de caráter genérico, enquadramento sindical e disputa intersindical. Conflitos intersindicais, intrassindicais e extrassindicais. Competência da Justiça do Trabalho.....	829
5. Partes no dissídio coletivo.....	830
6. Instauração da instância. O pressuposto do “comum acordo” introduzido no § 2º do art. 114 da Constituição vigente pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004.....	830
7. Extensão da sentença normativa.....	834
8. Revisão da sentença normativa.....	834
9. Eficácia.....	834
10. Natureza jurídica da sentença normativa.....	836
11. Ação de cumprimento.....	836
12. Dissídio coletivo no serviço público.....	837
13. Dissídio coletivo e trabalho doméstico.....	837



<b>CAPÍTULO VI – CONDUTAS ANTSSINDICAIS .....</b>	<b>836</b>
1. Conceito .....	836
2. Mecanismos de tutela .....	840
3. Os agentes da conduta antissindical .....	841
4. Manifestação dos atos antissindicais .....	841
4.1. Competência .....	841
5. Prova .....	842
6. A conduta antissindical na legislação estrangeira .....	843
7. Condutas antissindicais no Brasil .....	843
<b>CAPÍTULO VII – A GREVE NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>844</b>
1. Introdução .....	844
2. Escorço histórico .....	844
2.1. A greve como fato social e como direito .....	844
3. Trajetória histórica no Brasil .....	844
4. Conceito .....	844
4.1. Natureza jurídica .....	844
4.2. Modalidades de greve .....	844
4.3. Deflagração da greve .....	851
4.4. Efeitos no contrato .....	851
4.5. Direitos e deveres dos grevistas .....	851
5. Greve em atividades essenciais .....	851
6. Limites ao direito de greve .....	852
7. Responsabilidade pelos atos praticados durante a greve .....	854
8. Greve no serviço público .....	855
<b>PARTE III – DIREITO COMUNITÁRIO DO TRABALHO</b>	
<b>CAPÍTULO I. ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS .....</b>	<b>859</b>
1. Nascimento da integração europeia .....	860
2. A livre circulação de trabalhadores .....	862
3. Os três pilares da União Europeia .....	864
4. Princípio da subsidiariedade .....	864
5. Estrutura institucional .....	864
5.1. O Parlamento .....	865
5.2. O Conselho Europeu .....	865



5.3. O Conselho da União Europeia .....	866
5.4. A Comissão Europeia .....	866
5.5. O Tribunal de Justiça da União Europeia.....	866
5.6. Tribunal de Contas.....	867
6. Natureza jurídica.....	868
7. O ordenamento jurídico comunitário europeu.....	869
8. Os aspectos constitucionais .....	870
9. Histórico da Política Social da Comunidade Europeia .....	871
10. O Progresso Integracionista na América do Sul .....	881
11. Estrutura organizacional.....	882
12. Etapas da implantação .....	882
13. O Subgrupo 11 .....	882
14. Harmonização das leis .....	882
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>887</b>